



TERMO DE AUTUAÇÃO

PROTOCOLO DO PROCESSO

035329/2025

Este processo pode ser consultado por meio digital através da URL:
<https://gpi18.cloud.el.com.br/ServerExec/acessoBase/?idPortal=008D9DCE8EF2707B45F47C2AD10B38E2>

Chave de acesso: f0e9b461-7381-4b7d-81c9-b90efa291e5d

AUTUADO EM	Sexta-feira, 19 de Setembro de 2025
LOCAL DA AUTUAÇÃO	LICITAÇÕES E PLANEJAMENTO - COMISSAO DE PREGAO I
AUTUADO POR	CINTIA MAYER BRITO
INTERESSADO (S)	
AC GESTÃO, PLANEJAMENTO E SERVIÇOS LTDA	

RESUMO

*IMPUGNAÇÃO AO EDITAL - PE 90.118/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 21.009/2025
EMPRESAS IMPUGNANTES: AC GESTAO, PLANEJAMENTO E
SERVICOS LTDA (CNPJ Nº 17.612.636/0001-97) E IMPERIAL
SOLUÇÕES ELÈTRICAS LTDA (CNPJ Nº 21.143.874/0001-78)*

DATA: 19/09/2025





A ILMA. SECRETARIA DE TURISMO DO MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO/RJ

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90118/2025

AC GESTAO, PLANEJAMENTO E SERVICOS LTDA, com CNPJ n. 17.616.636/0001-97, neste ato representada pela sua representante legal Sra. Ana Carla Peixoto Gomes, portadora da carteira de identidade 237600994, DETRAN/RJ, CPF 127.934.097-58 vem, respeitosamente, perante esta Comissão, com fundamento no artigo 164 da Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações), apresentar **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL** face ao edital do pregão eletrônico em comento, conforme passa a expor:

DOS MOTIVOS PARA IMPUGNAÇÃO.

O município de Nova Friburgo publicou edital nº 018/2025, que consiste na contratação dos serviços para realização do evento “Um Encanto de Natal: O Espetáculo do Noel”, de acordo com o termo de referência, sendo o critério de julgamento menor preço global.

Ocorre que os pedidos no edital, no que se refere a qualificação técnica, são insuficientes para provar a eficiência e competência do licitante em fornecer os serviços buscados, pois não observam os requisitos determinados em lei pela administração.

No item 18.2.5, tem-se a exigência de registro do profissional responsável técnico junto ao CREA, requerendo o município a prova de engenheiros civis e elétricos.

Sabemos da competência do engenheiro civil e elétrico em atuar de acordo com a sua especialização, mas esse pedido torna-se escasso ao objeto, que por sua própria natureza demanda da presença de outros segmentos da engenharia,



como também da figura do profissional arquiteto para soluções no que diz respeito à ornamentação e paisagismo das ruas e avenidas que receberão o objeto contratado.

Para que a execução do objeto ocorra de maneira segura, é essencial a presença do **engenheiro de segurança do trabalho**, uma vez que sua qualificação permite o controle de riscos e danos à saúde e integridade dos trabalhadores durante a execução do serviço, bem como a fiscalização do ambiente laborativo de modo a identificar e evitar os riscos de acidente no ambiente de trabalho, adotando medidas de prevenção e apto para atender situações emergente, conforme determinações da Resolução nº 325/87.

Entre as principais atribuições do Engenheiro de Segurança do Trabalho, incluem planejar, supervisionar e gerenciar programas de prevenção de acidentes e doenças ocupacionais, realizar vistorias e auditorias em instalações e equipamentos, emitir laudos técnicos e pareceres sobre riscos, e desenvolver e implantar medidas de controle para a **segurança dos trabalhadores e do ambiente**.

Tendo em vista a complexidade e relevância do serviço a ser prestado, há a necessidade de um profissional capacitado para evitar acidentes e controlar o ambiente trabalhado, a fim de evitar possíveis acidentes.

Ademais, considerando que o objeto envolve o serviço de manutenção e transporte de ornamentos durante a vigência contratual, para certificar o êxito na execução do serviço torna-se obrigatória a presença do **engenheiro especializado em mecânica**, conforme preceitua o artigo 12 da Resolução do Confea nº 218/73.

Já a presença do **profissional arquiteto** é fundamental para os serviços de restauração, reforma, limpeza e pintura de peças de fibra de vidro dispostos no Apêndice B, sendo necessária a exigência do profissional arquiteto no presente



certame, devendo ainda a empresa comprovar o registro da pessoa jurídica no órgão competente.

Tais profissionais devem estar no quadro técnico da empresa junto ao órgão fiscalizados e deve ser comprovado por meio de certidão emitida pelo próprio órgão, a fim de atestar o vínculo entre a empresa e o profissional, em conjunto com a comprovação prevista em edital.

Ainda na qualificação técnica, o edital é omissivo no que diz respeito à Certidão de Acervo Técnico dos profissionais da engenharia civil, documento indispensável para comprovar a experiência técnica do profissional em executar serviços desse segmento, o que deve ser exigido pela administração, facultando ainda aos licitantes a apresentação de CAT do engenheiro civil ou profissional arquiteto, face a similaridade dos serviços ofertados por estes profissionais.

Além disso, a inclusão de item determinando o registro dos profissionais citados no quadro técnico da empresa é primordial ao sucesso do evento contratado, pois reforça a competência técnica da empresa licitante e assegura ao município uma execução de serviços livre de qualquer irregularidade ou falha técnica que comprometa o espetáculo.

Por fim, a Certidão de Acervo Operacional é documento essencial ao objeto licitado, uma vez que atesta todo o histórico de serviços realizados pela pessoa jurídica, o que reforça a sua experiência em dispor de serviços de ornamentação natalina, além de encontrar respaldo legal no artigo 67, inciso II da Lei 14.133/2021, o que torna o CAO um documento essencial para provar a competência do licitante.

Ressalta que as inclusões mencionadas não ensejam violação aos princípios que norteiam o direito administrativo, e não configuram exageros que impeçam a concorrência, sendo pedidos moderados e capazes de dirimir possíveis



prejuízos a realização do evento, que sem estas exigências, torna-se vulnerável a situações de risco e prejuízo à administração.

Também não há que se falar em ausência de proporcionalidade e razoabilidade, uma vez que todos os pedidos encontram relação direta com o objeto licitado e tem a competência de auferir mais segurança ao feito, sendo pedidos compatíveis com a legislação vigente e sem qualquer rigidez que impeça ou dificulte a participação de empresas na disputa pelo objeto.

O princípio da razoabilidade e da proporcionalidade visa o bom senso e discernimento da administração, baseando seus atos a norma constitucional e seus princípios.

Nesse sentido, ensina Rafael Carvalho Rezende de Oliveira:

“ embora o processo administrativo seja formalizado por escrito e em obediência ao rito previsto na lei, não são exigidas solenidades rígidas, salvo aquelas essenciais à garantia dos administrados. O processo possui caráter instrumental (instrumentalidade das formas) e não pode ser considerado um fim em si mesmo, admitindo-se, portanto, a superação de formalidades excessivas”

Ante o exposto, o acolhimento da impugnação é medida que se impõe, devendo a administração fazer as inclusões necessárias para prevenir possíveis prejuízos e garantir o sucesso do evento.

DO PEDIDO

Por todo exposto, requer:

- a) O acolhimento da impugnação para determinar que no item 18.2.5 a administração inclua a exigência de **engenheiro de segurança do trabalho** devidamente registrado no CREA e que componha o quadro técnico da empresa, com a comprovação a ser apresentada no momento da habilitação, tendo em vista a segurança da equipe, a fim de **evitar possíveis acidentes**;



- b) A exigência de **engenheiro mecânico**, devidamente registrado no CREA e que componha o quadro técnico da empresa, com a comprovação a ser apresentada no momento da habilitação, por motivos de segurança, tendo em vista a natureza do objeto da licitação;
- c) O acolhimento da impugnação para determinar a exigência **arquiteto**, bem como o registro da empresa no Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo (CAU) e que componha o quadro técnico da empresa, com a comprovação a ser apresentada no momento da habilitação, em caráter substitutivo ao engenheiro civil, tendo em vista suas atribuições pertinentes;
- d) Determinar a inclusão de apresentação de Certidão de Acervo Técnico (CAT) do engenheiro civil ou do arquiteto, com objeto compatível com a licitação, a fim de comprovar a capacidade técnica da empresa com maior robustez;
- e) Incluir a exigência de registro dos profissionais responsáveis técnicos no quadro técnico da empresa licitante, a ser comprovado na fase de habilitação;
- f) Incluir a exigência de Certidão de Acervo Operacional (CAO), com base no artigo 67, inciso II da lei 14.133/2021.

Nestes termos, pede deferimento.

Cabo Frio, 18 de setembro de 2025

AC GESTÃO, PLANEJAMENTO E SERVIÇOS LTDA
17.612.636/0001-97
ANA CARLA PEIXOTO GOMES
SÓCIA ADMINISTRADORA



IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

Impugnante: IMPERIAL SOLUÇÕES ELÉTRICAS LTDA -CNPJ 21.143.874/0001-78

Autoridade impugnada: PREFEITURA DE NOVA FRIBURGO- Ref.: Pregão 90.118/2025

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA para o serviço de ornamentação do evento Um Encanto de Natal: O Espetáculo do Noel compreendendo os serviços de restauração/reforma de peças ornamentais e itens luminosos, transporte, instalação, manutenção corretiva e desinstalação/desmontagem da ornamentação, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Turismo

1. Síntese do edital e da controvérsia

O edital em referência exige, na fase de habilitação, a apresentação de documentos relativos às Normas Regulamentadoras de Segurança e Saúde do Trabalho — NR-04 (SESMT), NR-05 (CIPA), NR-06 (EPI), NR-10 (eletricidade), NR-11 (movimentação de materiais), NR-12 (máquinas), NR-23 (incêndio) e NR-35 (trabalho em altura) — de forma ampla e indistinta a todos os licitantes. A impugnante deseja participar e executar integralmente o objeto, observando todas as NRs na fase de execução. Entretanto, entende que exigir, já na habilitação, a juntada desses documentos desvinculados das parcelas de maior relevância do objeto viola princípios e regras da Lei nº 14.133/2021, além de jurisprudência dos Tribunais de Contas, por antecipar obrigações de execução e restringir indevidamente a competitividade.

2. Fundamentos legais (Lei 14.133/2021)

(i) Art. 5º – Princípios: competitividade, isonomia, proporcionalidade, razoabilidade, julgamento objetivo, eficiência, economicidade e vinculação ao edital. Exigências de habilitação devem ser necessárias e proporcionais ao objeto, sem criar barreiras injustificadas.

(ii) Art. 67 – Qualificação técnica: a prova deve se limitar às parcelas de maior relevância ou de valor significativo ($\geq 4\%$ do valor estimado), com quantitativos até 50%, vedadas exigências desnecessárias. Exige-se foco na aptidão para as partes críticas do objeto.

(iii) Habilitação x execução: requisitos de habilitação devem ser compatíveis com a natureza e relevância do objeto e limitar-se ao imprescindível, não se confundindo com obrigações de execução contratual.



3. Por que a exigência impugnada é irregular

3.1. Antecipação de obrigações de execução (SST) à fase de habilitação.

As NRs 04/05/06/11/12/23/35 regulam a operação do empregador durante a execução (dimensionamento por estabelecimento e número de empregados, entrega de EPI, inventários de máquinas, planos de emergência, treinamentos operacionais, etc.). Exigir todos esses documentos na habilitação — antes mesmo da contratação e da definição do local/canteiro — antecipa custos e providências, restringindo a competição.

3.2. Falta de vinculação às parcelas de maior relevância (art. 67).

A exigência genérica de todo o bloco de NRs não é calibrada às parcelas críticas do objeto. A habilitação técnica serve para comprovar aptidão do licitante, não rotinas de segurança do contratante, e deve focar nas partes críticas (maior relevância/valor significativo).

3.3. Restrição à competitividade e violação da isonomia.

Impor documentos de execução na habilitação limita indevidamente o universo de licitantes (especialmente ME/EPP), forçando-os a montar estruturas e produzir programas sem contratação.

3.4. Exigência de autorização prévia da concessionária (Energisa) – antecipação de obrigação de execução

A exigência de “documento de autorização da concessionária de energia para atuar próximo à rede e em seus postes” antes da contratação configura típica condição de mobilização/execução. Tal anuência depende de informações definitivas de execução (locais, pontos de fixação/alimentação, memoriais, ART do responsável técnico, cronograma e responsáveis) e, usualmente, de vínculo contratual que defina responsabilidades civis e operacionais. A imposição na habilitação gera dependência de terceiros, prazo externo incerto e custo antecipado, restringindo a competitividade e afrontando os princípios do art. 5º (competitividade, isonomia, proporcionalidade e economicidade).

O entendimento consolidado do controle externo reprovava exigências que importem antecipação da execução ou custos desnecessários na fase de habilitação (v.g., Súmula 272/TCU), assim como a cobrança de documentos de terceiros sem vínculo necessário com a comprovação de



aptidão técnica (art. 67 da Lei 14.133/2021). A autorização da concessionária deve, portanto, ser exigida como condição de início dos serviços (mobilização), após a contratação, com prazo razoável e verificável.

Proposta de redação substitutiva: “A empresa vencedora apresentará a autorização da concessionária de energia competente em até [X] dias corridos após a assinatura do contrato e antes da emissão da Ordem de Serviço, mediante comprovação do protocolo de solicitação acompanhado de ART do responsável técnico e plano de trabalho/segurança (NR-10/NR-35, quando aplicável).”

4. Jurisprudência aplicável (TCU e TCEs)

- 4.1. TCU – Diretrizes sobre habilitação: requisitos compatíveis com a natureza e relevância do objeto, limitados ao imprescindível; habilitação técnica não se confunde com aceitabilidade da proposta.
- 4.2. TCU – Súmula 272/2012: veda exigências que importem antecipação da execução ou custos desnecessários (aplicada, v.g., pelo TCE-ES no TC-259/2023).
- 4.3. TCU – Acórdão 2.898/2012-Plenário: censura a restrição à competitividade e inabilitação indevida.
- 4.4. TCU – Acórdão 1.211/2021-Plenário: diligência não cria condição inexistente na data-corte (art. 64), reforçando que requisito indevido não se 'corrige' a posteriori.
- 4.5. TCE-SC – Exigência de NR-10/NR-35 na habilitação: entendimento pela irregularidade (restrição à competitividade, confusão com execução).
- 4.6. TCE-RO – Exigência de PPRA/PCMSO na habilitação: indevido por não guardar relação direta com aptidão técnica (antecipação de obrigações de execução).
- 4.7. TCE-SC – Caso análogo ambiental: licença de operação exigida na habilitação reputada irregular (deveria ser condição de execução/mobilização).

5. Exemplos de representações favoráveis

Exemplo 1 – TCE-SC (NR-10 e NR-35 na habilitação): representação em que a área técnica concluiu pela irregularidade da exigência por restringir a competição e confundir habilitação com execução, recomendando a adequação para exigir tais documentos apenas na execução (quando efetivamente aplicáveis).



Exemplo 2 – TCE-RO (PPRA/PCMSO na habilitação): representação com entendimento de que tais programas não comprovam aptidão técnica e antecipam obrigações de execução, restringindo a competitividade.

6. Pedido

- a) Acolher a impugnação, suprimindo do edital a exigência, na fase de habilitação, de apresentação dos documentos relativos às NR-04, NR-05, NR-06, NR-11, NR-12, NR-23 e NR-35;
- b) Manter, se tecnicamente justificada e vinculada às parcelas de maior relevância do objeto, apenas a exigência pontual de NR-10 na habilitação quando o núcleo do objeto envolver serviços elétricos em campo e a Administração demonstrar a necessidade;
- c) Prever que todas as NRs (incluída a NR-10, quando não essencial à prova de aptidão) sejam exigidas e fiscalizadas na execução, antes da Ordem de Início, como condição de mobilização;
- d) usualmente a autorização seja **emitida após a contratação**, pedimos confirmar que **a apresentação dessa autorização será exigida como condição de mobilização/início dos serviços, antes da Ordem de Serviço, e não na habilitação.**
- e) Retificar o edital e prorrogar os prazos, se necessário, preservando os princípios do art. 5º da Lei 14.133/2021 (isonomia, competitividade, proporcionalidade, economicidade e julgamento objetivo).

7. Termos finais

A impugnante reafirma seu interesse em participar e cumprir integralmente todas as NRs na execução, colocando-se à disposição para apresentar plano de mobilização detalhado logo após a contratação. O pedido visa adequar o edital à Lei 14.133/2021 e à jurisprudência do TCU/TCEs, ampliando a competição e resguardando a segurança durante a execução do contrato.

Petropolis, 18 de setembro de 2025

PAULO HENRIQUE SANTOS
SOARES:13372435745

Assinado de forma digital por PAULO
HENRIQUE SANTOS
SOARES:13372435745
Dados: 2025.09.11 21:17:59 -03'00'

Responsável legal



ANEXO – Plano de Mobilização de SST (Checklist por NR)

Objetivo: comprovar, antes da OS/Ordem de Início, que todas as condições de Segurança e Saúde no Trabalho estarão implementadas no local de execução, conforme aplicável ao objeto.

NR-10 — Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade

Documento/Comprovação	Responsável	Prazo (pré-OS)
Certificados NR-10 Básico (40h) e SEP (40h, se aplicável) – equipe designada	Contratada (RH/SST)	Até D-5 dias
Lista de 'trabalhadores autorizados' + OS/procedimentos	Contratada (SST)	Até D-5 dias
PIE – Prontuário das Instalações Elétricas (quando >75 kW)	Contratante/Local e Contratada	Até D-5 dias
Ensaio/Laudos (aterramento, DPS, continuidade, etc.), quando aplicável	Contratada (Eng. Eletricista)	Até D-3 dias

NR-35 — Trabalho em Altura

Documento/Comprovação	Responsável	Prazo (pré-OS)
Certificados NR-35 (inicial/periódico) – equipe designada	Contratada (RH/SST)	Até D-5 dias
Análise de Risco/Permissão de Trabalho (PT) – modelo	Contratada (SST)	Até D-3 dias
Plano de resgate/kit/inspeção de cintos e talabartes	Contratada (SST)	Até D-3 dias



NR-06 — EPI

Documento/Comprovação	Responsável	Prazo (pré-OS)
Política de fornecimento/controle de EPI + registros de entrega	Contratada (SST)	Até D-5 dias
CAs válidos dos EPIs críticos (luvas, óculos, cinturões, etc.)	Contratada (SST)	Até D-3 dias

NR-11 — Movimentação e Manuseio de Materiais

Documento/Comprovação	Responsável	Prazo (pré-OS)
Certificados dos operadores (empilhadeira, talha, etc.)	Contratada (RH/SST)	Até D-5 dias
Identificação de cargas máximas e POPs	Contratada (Eng./SST)	Até D-3 dias

NR-12 — Máquinas e Equipamentos

Documento/Comprovação	Responsável	Prazo (pré-OS)
Inventário de máquinas/equipamentos a mobilizar	Contratada (Eng./SST)	Até D-7 dias
Análises de risco e comprovação de proteções	Contratada (Eng./SST)	Até D-3 dias

NR-23 — Proteção contra Incêndio

Documento/Comprovação	Responsável	Prazo (pré-OS)
-----------------------	-------------	----------------



Imperial Soluções Elétricas Ltda

Plano de Emergência/Brigada (conforme bombeiros estaduais)	Contratada + Contratante	Até D-5 dias
Treinamento/demonstração de uso de extintores	Contratada (SST)	Até D-3 dias

NR-04 — SESMT

Documento/Comprovação	Responsável	Prazo (pré-OS)
Dimensionamento SESMT (CNAE/nº de empregados do estabelecimento)	Contratada (SST)	Até D-7 dias
Vínculo/contrato dos profissionais de SST (quando exigido)	Contratada (RH/SST)	Até D-5 dias

NR-05 — CIPA

Documento/Comprovação	Responsável	Prazo (pré-OS)
Comprovação de CIPA quando dimensionada (ata de constituição/eleição/posse)	Contratada	Até D-7 dias
Calendário/atas de reuniões (quando aplicável)	Contratada	Até D-3 dias

Responsável legal



SECRETARIA DE
LICITAÇÕES E
PLANEJAMENTO

Comissão Permanente de Pregão I

À Secretaria Municipal de Turismo

Processo Licitatório nº 21.009/2025, referente ao Edital do Pregão Eletrônico nº 90.118/2025, que tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA para o serviço de ornamentação do evento Um Encanto de Natal: O Espetáculo do Noel** compreendendo os serviços de restauração/reforma de peças ornamentais e itens luminosos, transporte, instalação, manutenção corretiva e desinstalação/desmontagem da ornamentação, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Turismo.

Trata-se o presente processo de **IMPUGNAÇÕES** interpostas pelas empresas AC GESTAO, PLANEJAMENTO E SERVICOS LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 17.616.636/0001 - 97, e IMPERIAL SOLUÇÕES ELÊTRICAS LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 21.143.874/0001-78, com fulcro no artigo 164 da Lei n.º 14.133/2021 e artigo 16 da IN SEGES/ME nº 73/2022, por intermédio de seus respectivos representantes legais, **TEMPESTIVAMENTE**, contra os termos do Edital do Pregão Eletrônico nº 90.118/2025.

I. DO RELATÓRIO

Em breve síntese, insurgem-se as Impugnantes contra as especificações presentes no Termo de Referência.

Requerem, ao final, o recebimento e a procedência das Impugnações para republicação do Edital devidamente retificado.

II. DA DILIGÊNCIA



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

S E C R E T A R I A D E
L I C I T A Ç Õ E S E
P L A N E J A M E N T O

Comissão Permanente de Pregão I

Com base no artigo 16º, parágrafo §1º da IN SEGES/ME nº 73/202 e no subitem 23.11 do Edital, considerando o caráter estritamente técnico dos elementos impugnados, encaminho o processo para manifestação do órgão requisitante do certame, a fim de subsidiar a decisão final da Comissão.

Recomenda-se que o setor requisitante avalie:

1. A necessidade técnica das exigências impugnadas, considerando a proporcionalidade e adequação ao objeto da licitação;
2. Eventuais ajustes no Edital para assegurar a competitividade e a isonomia, sem prejuízo à qualidade técnica e eficiência;
3. Os impactos sobre o interesse público no prosseguimento do certame com as condições atuais.

Por fim, informamos que a realização do Pregão Eletrônico em pauta está agendada para o dia **24 de setembro de 2025**, razão pela qual solicitamos urgência na análise e manifestação do setor técnico e posterior retorno do feito para o regular prosseguimento do certame.

Nova Friburgo, 19 de setembro de 2025.

Leonardo Gabrig Peixoto

Pregoeiro - Comissão Permanente de Pregão I

Matrícula nº 206.934



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

S E C R E T A R I A
D E T U R I S M O

Processo Administrativo nº 35.329/2025

Pregão Eletrônico nº 90118/2025

Impugnante: AC GESTÃO PLANEJAMENTO E SERVIÇOS LTDA

A empresa Impugnante apresentou impugnação visando a alteração do Edital, solicitando a inclusão de exigências adicionais quanto à qualificação técnica, sob os seguintes fundamentos: necessidade de engenheiro de segurança do trabalho, engenheiro mecânico, arquiteto, apresentação de Certidão de Acervo Técnico (CAT), Certidão de Acervo Operacional (CAO) e registro dos profissionais responsáveis técnicos no quadro técnico da empresa licitante.

Cumprе salientar que todos os profissionais engenheiros necessários quais sejam: Engenheiro Civil e Eletricista, para a execução dos serviços de restauração e reforma das peças ornamentais natalinas e itens luminosos, bem como para o transporte, instalação, manutenção corretiva e posterior desinstalação da ornamentação, já se encontram devidamente previstos no Edital.

Assim, não se mostra pertinente a inclusão de qualquer outro profissional de engenharia, ou seja, de especialidade diversa que não guarde relação direta com o objeto contratual, pois tal inclusão acarretaria a restrição à competitividade do certame, sendo esta vedada na Lei nº. 14.133/21.

Nesse sentido, não se justifica a exigência de profissional Arquiteto, uma vez que a ornamentação natalina descrita no Edital não envolve a elaboração de projeto arquitetônico ou urbanístico, mas apenas serviços de restauração de peças ornamentais, instalação elétrica e montagem de estruturas temporárias. Assim, inexistе fundamento legal para exigir arquiteto ou registro da empresa no CAU, sob pena de impor restrições desnecessárias à competitividade do certame.

No mais, a Lei nº 14.133/2021, em seu artigo 67, inciso II, permite a exigência de atestados ou certidões, sendo uma alternativa entre os dois para demonstrar a capacidade técnica. No Edital objeto da presente impugnação, já consta a exigência de que as empresas licitantes apresentem atestado de capacidade técnica, a fim de comprovar a execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, portanto, não há necessidade de apresentação de CAT no caso em tela.

Quanto ao que se refere ao registro de profissionais responsáveis no quadro técnico da empresa licitante, cumpre esclarecer que o Edital já estabelece expressamente a necessidade de comprovação do vínculo do responsável técnico com a licitante, em estrita observância às normas e regulamentações do CREA.

Assinado digitalmente. Acesse:

<https://gpi18.cloud.el.com.br/ServerExec/acessoBase/?idPortal=008D9DCE8EF2707B45F47C2AD10B38E2&idFunc=B5B41FAC0361D157D9673ECB926AF5AE> Chave: 31d60078-ee9d-443f-9dfd-b38bc841ed25
Documento Digital Nº 195058/2025





Ressalte-se que tal exigência atende integralmente à finalidade de assegurar a capacidade técnica da empresa, não havendo qualquer lacuna normativa que justifique a inclusão de nova previsão.

Assim, qualquer alegação de insuficiência ou omissão nesse aspecto revela-se infundada, uma vez que a formalização do vínculo profissional já garante a regularidade e a habilitação técnica exigidas.

A Lei nº 14.133/2021 não prevê a Certidão de Acervo Técnico (CAO) como documento obrigatório de habilitação. O art. 67, II, limita-se a permitir a comprovação da aptidão por meio de atestados ou certidões, já contemplados no Edital e exigir a CAO, configura imposição adicional não respaldada pela legislação, o que pode resultar em restrição indevida à competitividade, afrontando o princípio constitucional da ampla concorrência.

Por derradeiro, As exigências formuladas pela empresa Impugnante não encontram amparo legal ou técnico para o objeto do certame.

O Edital já contempla responsáveis técnicos adequados (engenheiro civil e engenheiro eletricitista), ARTs pertinentes, observância das NRs aplicáveis e atestado de capacidade técnica da empresa.

Insta ressaltar que, as exigências formuladas pela empresa Impugnante revelam-se desprovidas de fundamento legal e técnico, sendo manifestamente incompatíveis com o objeto do certame.

É certo que, o Edital, ora impugnado, já prevê a presença de responsáveis técnicos adequados, especificamente Engenheiro Civil e Engenheiro Eletricista, bem como a devida emissão das ARTs correspondentes, a observância integral das normas regulamentadoras aplicáveis (NRs) e a apresentação de atestado de capacidade técnica da empresa, suficientes para comprovar a aptidão técnica para execução dos serviços.

Dessa forma, no entendimento desta Secretaria de Turismo, não há respaldo jurídico ou técnico que justifique acolher as alegações da impugnante, sendo necessária a manutenção das exigências constantes do Edital.

Assim, rejeita-se integralmente a impugnação apresentada, mantendo-se inalterado o Edital.

Nova Friburgo/RJ, 22 de setembro de 2025

Kamila Mouza Santiago da Cunha
Secretária Turismo
Matr.: 063.093

Assinado digitalmente. Acesse:

<https://gpi18.cloud.el.com.br/ServerExec/acessoBase/?idPortal=008D9DCE8EF2707B45F47C2AD10B38E2&idFunc=B5B41FAC0361D157D9673ECB926AF5AE> Chave: 31d60078-ee9d-443f-9dfd-b38bc841ed25
Documento Digital Nº 195058/2025





**NOVA
FRIBURGO**
PREFEITURA

SECRETARIA
DE TURISMO

Processo Administrativo nº 35.329/2025

Pregão Eletrônico nº 90118/2025

Impugnante: Imperial Soluções Elétricas Ltda.

A empresa Impugnante apresentou impugnação visando a alteração do Edital, questionando a exigência, na fase de habilitação, da apresentação de documentos relativos às Normas Regulamentadoras e apresentação de autorização da concessionária de energia (Energisa), sob o argumento de que tal medida configuraria antecipação de obrigações de execução e restrição à competitividade.

O Edital estabelece, de forma expressa, a apresentação dos certificados relativos às NRs 04, 05, 06, 10, 11, 12, 23 e 35 como requisito de habilitação, sendo certo que, a exigência em questão está justificada pela natureza do objeto, que envolve atividades de risco acentuado: montagem elétrica em altura, operação de caminhões munck e cestos aéreos e movimentação de cargas.

Portanto, não se trata de antecipação indevida de obrigações de execução, mas sim de comprovação prévia da aptidão técnica e da estrutura de segurança mínima exigida, sendo tal exigência proporcional e compatível com o objeto da licitação, visando resguardar a segurança dos trabalhadores e a regularidade da execução.

No que tange à autorização prévia da Energisa, o Edital não a exige na fase de habilitação, pois conforme descrito no Termo de Referência (Anexo I) a empresa contratada deverá apresentar a autorização da concessionária como condição para a execução dos serviços, garantindo a instalação junto à rede elétrica de forma regular e segura.

As exigências contidas no Edital encontram respaldo legal e técnico, não configurando restrição indevida à competitividade, mas pelo contrário, visam garantir que empresas capacitadas e estruturadas possam executar serviços de alta complexidade e risco, em conformidade com os princípios da isonomia, do interesse público, da razoabilidade e da eficiência previstos no artigo 5º da Lei nº 14.133/2021.

Mediante o exposto, a Secretaria de Turismo rejeita a impugnação apresentada pela empresa Imperial Soluções Elétricas Ltda., mantendo-se as exigências do Edital, por estarem devidamente fundamentadas na legislação vigente e diretamente vinculadas à natureza do objeto, ratificando que a autorização da concessionária de energia (Energisa) é exigida apenas na fase de execução contratual, não sendo requisito de habilitação.

Assinado digitalmente. Acesse:

<https://gpi18.cloud.el.com.br/ServerExec/acessoBase/?idPortal=008D9DCE8EF2707B45F47C2AD10B38E2&idFunc=B5B41FAC0361D157D9673ECB926AF5AE> Chave: 3cb2e8b3-907c-4b47-a1ab-617e7a45a976
Documento Digital Nº 195059/2025





**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

S E C R E T A R I A
D E T U R I S M O

Nova Friburgo/RJ, 22 de setembro de 2025

Kamila Mouza Santiago da Cunha
Secretária Turismo
Matr.: 063.093





**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

S E C R E T A R I A
D E T U R I S M O

Processo Administrativo nº 35.329/2025

Pregão Eletrônico nº 90118/2025

À Procuradoria Geral

Tendo em vista as impugnações apresentadas pelas empresas **AC Gestão Planejamento e Serviços Ltda. e Imperial Soluções Elétricas Ltda.**, encaminhamos o presente à Douta Procuradoria para análise e emissão de parecer jurídico acerca da manifestação desta especializada. Outrossim, solicita-se a apreciação quanto à legalidade das impugnações apresentadas.

Nova Friburgo/RJ, 22 de setembro de 2025

Kamila Mouza Santiago da Cunha
Secretária Turismo
Matr.: 063.093





**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

PROCURADORIA GERAL
DO MUNICÍPIO



Processo Administrativo Eletrônico n.: 35.329/2025

Requerentes: AC Gestão, Planejamento e Serviços Ltda. e Imperial Soluções Elétricas Ltda.

Assunto: Impugnação - Licitação - Pregão Eletrônico n. 90.118 de 2025 - Processo Licitatório n. 21.009/2025

I. RELATÓRIO

Trata-se de impugnação apresentada pelas empresas requerentes acerca do Edital do Pregão Eletrônico n. 90.118 de 2024 - Processo Licitatório n. 21.009/2025, que tem por objeto licitar a melhor proposta para a contratação de empresa especializada para o serviço de ornamentação do evento Um Encanto de Natal: O Espetáculo do Noel, compreendendo os serviços de restauração/reforma de peças ornamentais e itens luminosos, transporte, instalação, manutenção corretiva e desinstalação/desmontagem da ornamentação, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Turismo.

Para melhor didática e compreensão, passa-se ao relato dos fatos de forma segmentada.

I.I. Das Alegações da Empresa AC Gestão, Planejamento e Serviços Ltda.

Em síntese, a empresa AC Gestão, Planejamento e Serviços Ltda. apresentou impugnação, conforme se verifica às fls. 02/06, aduzindo que:

i) no que se refere a qualificação técnica, os requisitos do edital são insuficientes para provar a eficiência e competência do licitante em fornecer os serviços buscados, eis que no item 18.2.5, tem-se a exigência apenas de registro do profissional responsável técnico junto ao CREA, requerendo a prova de engenheiros civis e elétricos;

ii) para que a execução do objeto ocorra de maneira segura, é essencial a presença do engenheiro de segurança do trabalho, tendo em vista a complexidade e relevância do serviço a ser prestado, a fim de evitar acidentes e controlar o ambiente trabalhado;



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

PROCURADORIA GERAL
DO MUNICÍPIO



iii) para certificar o êxito na execução do serviço torna-se obrigatória a presença do engenheiro especializado em mecânica, conforme preceitua o artigo 12 da Resolução do Confea nº 218/73, considerando que o objeto envolve o serviço de manutenção e transporte de ornamentos durante a vigência contratual;

iv) a presença do profissional arquiteto é fundamental para os serviços de restauração, reforma, limpeza e pintura de peças de fibra de vidro dispostos no Apêndice B, sendo necessária a exigência do profissional arquiteto no presente certame;

v) na qualificação técnica, o edital é omissivo no que diz respeito à Certidão de Acervo Técnico dos profissionais da engenharia civil, documento indispensável para comprovar a experiência técnica do profissional em executar serviços desse segmento; ademais, a inclusão de item determinando o registro dos profissionais citados no quadro técnico da empresa é primordial ao sucesso do evento contratado, pois reforça a competência técnica da empresa licitante;

vi) por fim, afirma que a Certidão de Acervo Operacional é documento essencial ao objeto licitado, uma vez que atesta todo o histórico de serviços realizados pela pessoa jurídica, o que reforça a sua experiência em dispor de serviços de ornamentação natalina, além de encontrar respaldo legal no artigo 67, inciso II da Lei 14.133/2021, o que torna o CAO um documento essencial para provar a competência do licitante.

I.II. Das Alegações da Empresa Imperial Soluções Elétricas Ltda.

A empresa Imperial Soluções Elétricas Ltda. apresentou sua impugnação às fls. 07/13, afirmando que:



i) o edital exige, na fase de habilitação, a apresentação de documentos relativos às Normas Regulamentadoras de Segurança e Saúde do Trabalho — NR-04 (SESMT), NR-05 (CIPA), NR-06 (EPI), NR-10 (eletricidade), NR-11 (movimentação de materiais), NR-12 (máquinas), NR-23 (incêndio) e NR-35 (trabalho em altura) — de forma ampla e indistinta a todos os licitantes;

ii) a exigência de todos esses documentos na habilitação — antes mesmo da contratação e da definição do local/canteiro — antecipa custos e providências, restringindo a competição;

iii) a exigência genérica de todo o bloco de NRs não é calibrada às parcelas críticas do objeto. A habilitação técnica serve para comprovar aptidão do licitante, não rotinas de segurança do contratante, e deve focar nas partes críticas (maior relevância/valor significativo);

iv) a imposição de documentos de execução na habilitação limita indevidamente o universo de licitantes (especialmente ME/EPP), forçando-os a montar estruturas e produzir programas sem contratação;

v) a exigência de “documento de autorização da concessionária de energia para atuar próximo à rede e em seus postes” antes da contratação configura típica condição de mobilização/execução, gerando custo antecipado, restringindo a competitividade e afrontando os princípios do art. 5º.

I.III. Da Manifestação do Pregoeiro

O Pregoeiro, em manifestação de fls. 14/15, encaminhou o processo para manifestação do órgão requisitante do certame a fim de subsidiar a decisão final da Comissão, considerando o caráter estritamente técnico dos elementos impugnados, recomendando a avaliação dos seguintes pontos:



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

PROCURADORIA GERAL
DO MUNICÍPIO



1. A necessidade técnica das exigências impugnadas, considerando a proporcionalidade e adequação ao objeto da licitação;
2. Eventuais ajustes no Edital para assegurar a competitividade e a isonomia, sem prejuízo à qualidade técnica e eficiência;
3. Os impactos sobre o interesse público no prosseguimento do certame com as condições atuais.

I.IV. Da Manifestação da Secretaria Municipal de Turismo

- Quanto à impugnação da empresa AC Gestão, Planejamento e Serviços Ltda.

Às fls. 16/07, a Secretaria ofertou resposta à impugnação apresentada, afirmando que todos os profissionais engenheiros necessários, quais sejam, Engenheiro Civil e Eletricista, para a execução dos serviços de restauração e reforma das peças ornamentais natalinas e itens luminosos, bem como para transporte, instalação, manutenção corretiva e posterior desinstalação ornamentação, já se encontram devidamente previstos no Edital, não se mostrando pertinente a inclusão de qualquer outro profissional de engenharia, ou seja, de especialidade diversa que não guarde relação direta com o objeto contratual, pois tal inclusão acarretaria a restrição à competitividade do certame, sendo esta vedada na Lei nº. 14.133/21.

Aduz que não se justifica a exigência de profissional Arquiteto, uma vez que a ornamentação natalina descrita no Edital não envolve a elaboração de projeto arquitetônico ou urbanístico, mas apenas serviços de restauração de peças ornamentais, instalação elétrica e montagem de estruturas temporárias, inexistindo fundamento legal para exigir arquiteto ou registro da empresa no CAU, sob pena de impor restrições desnecessárias à competitividade do certame.



Fundamenta que a Lei nº 14.133/2021, em seu artigo 67, inciso II, permite a exigência de atestados ou certidões, e no Edital já consta a exigência de que as empresas licitantes apresentem atestado de capacidade técnica, a fim de comprovar a execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, não havendo necessidade de apresentação de CAT no caso em tela.

No se refere ao registro de profissionais responsáveis no quadro técnico da empresa licitante, esclarece que o Edital já estabelece expressamente a necessidade de comprovação do vínculo do responsável técnico com a licitante, em estrita observância às normas e regulamentações do CREA, cuja exigência atende integralmente à finalidade de assegurar a capacidade técnica da empresa, não havendo qualquer lacuna normativa que justifique a inclusão de nova previsão.

Por fim, afirma que as exigências formuladas pela empresa Impugnante revelam-se desprovidas de fundamento legal e técnico, sendo manifestamente incompatíveis com o objeto do certame, bem como que o Edital já contempla responsáveis técnicos adequados (engenheiro civil e engenheiro eletricista), ARTs pertinentes, observância das NRs aplicáveis e atestado de capacidade técnica da empresa, **rejeitando integralmente a impugnação apresentada, mantendo inalterado o Edital.**

- Quanto à impugnação da empresa Imperial Soluções Elétricas Ltda.

Às fls. 18/19, a Secretaria ofertou resposta à impugnação apresentada, afirmando que a exigência de apresentação dos certificados relativos às NRs 04, 05, 06, 10, 11, 12, 23 e 35 como requisito de habilitação está justificada pela natureza do objeto, que envolve atividades de risco acentuado: montagem elétrica em altura, operações de caminhões munck e cestos aéreos e movimentação de cargas, não se tratando de antecipação indevida de obrigações de execução, mas sim de comprovação prévia da aptidão técnica e da estrutura de segurança mínima exigida, sendo tal exigência proporcional e compatível com o objeto da licitação.



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

PROCURADORIA GERAL
DO MUNICÍPIO



No que tange à autorização prévia da Energisa, justifica que o Edital não a exige na fase de habilitação, conforme descrito no Termo de Referência (Anexo I), onde consta que a empresa contratada deverá apresentar a autorização da concessionária como condição para a execução dos serviços.

Por fim, afirma que as exigências contidas no Edital encontram respaldo legal e técnico, não configurando restrição indevida à competitividade, mas pelo contrário, visam garantir que empresas capacitadas e estruturadas possam executar serviços de alta complexidade e risco, em conformidade com os princípios da isonomia, do interesse público, da razoabilidade e da eficiência previstos no artigo 5º da Lei nº 14.133/2021, **rejeitando a impugnação apresentada pela empresa Imperial Soluções Elétricas Ltda., mantendo as exigências do Edital.**

É o relatório.

II. DOS FUNDAMENTOS

Preliminarmente, verifica-se que a impugnação apresentada em 19/09/2025 é tempestiva, em conformidade com o art. 164, parágrafo único da Lei n. 14.133/2021, tendo em vista que a realização do Pregão está marcada para 24/09/2025.

No mérito, passa-se às seguintes considerações.

Conforme disposição legal, cabe ao Pregoeiro a análise e decisão das impugnações, podendo requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, além de pronunciamentos de ordem técnica junto ao setor requisitante do objeto licitado.

Nesse sentido dispõe o art. 16 da IN n. 73/2022:



Art. 16. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo encaminhar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura da sessão pública, por meio eletrônico, na forma prevista no edital de licitação.

§ 1º O agente de contratação ou a comissão de contratação, quando o substituir, responderá aos pedidos de esclarecimentos e/ou impugnação no prazo de até três dias úteis contado da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital de licitação e dos anexos.

§ 2º A impugnação não possui efeito suspensivo, sendo a sua concessão medida excepcional que deverá ser motivada pelo agente de contratação ou pela comissão de contratação, quando o substituir, nos autos do processo de licitação.

§ 3º Acolhida a impugnação contra o edital de licitação, será definida e publicada nova data para realização do certame, observados os prazos fixados no art. 17.

§ 4º As respostas aos pedidos de esclarecimentos e impugnações serão divulgadas em sítio eletrônico oficial do órgão ou da entidade promotora da licitação e no sistema, dentro do prazo estabelecido no § 1º, e vincularão os participantes e a Administração.

Verifica-se que o Pregoeiro recebeu a impugnação, eis que preenchidos os requisitos de admissibilidade, encaminhando os autos à Secretaria de Turismo para pronunciamento de ordem técnica.

Como sabido, as especificações técnicas contidas no processo licitatório, inclusive quanto ao detalhamento do objeto da contratação, suas características, requisitos, escolha da modalidade licitatória, critério de julgamento e pesquisa de mercado são de inteira responsabilidade da secretaria requisitante, eis que detém o conhecimento técnico necessário para definir as exigências essenciais ao objeto licitado, bastando que esteja dentro da legalidade.

Por se tratar de matéria estritamente técnica referente ao objeto a ser licitado, cabe à Secretaria de Turismo a análise, que é a secretaria requisitante, considerando que a Procuradoria não possui expertise sobre a matéria.

Destarte, não cabe a esta especializada jurídica opinar sobre qualquer questão técnica referente ao objeto do certame, de forma que doravante serão abordados somente os aspectos jurídico-legais impugnados.



II.I. Impugnação da AC Gestão, Planejamento e Servicos Ltda.

A empresa AC Gestão, Planejamento e Servicos Ltda. requer o acolhimento da impugnação para determinar que no item 18.2.5 a administração inclua a exigência de engenheiro de segurança do trabalho e de engenheiro mecânico, devidamente registrados no CREA, a exigência arquiteto, bem como o registro da empresa no Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo (CAU), e que componham o quadro técnico da empresa, a inclusão de apresentação de Certidão de Acervo Técnico (CAT) do engenheiro civil ou do arquiteto, o registro dos profissionais responsáveis técnicos no quadro técnico da empresa licitante e, por fim, a inclusão da exigência de Certidão de Acervo Operacional (CAO), com base no artigo 67, inciso II da lei 14.133/2021.

Acerca da qualificação técnica, a Lei n. 14.133/2021 assim dispõe em seu art. 67:

Art. 67. A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a:

I - apresentação de profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, quando for o caso, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, para fins de contratação;

II - certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, quando for o caso, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, bem como documentos comprobatórios emitidos na forma do § 3º do art. 88 desta Lei;

III - indicação do pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

IV - prova do atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso;

V - registro ou inscrição na entidade profissional competente, quando for o caso;

VI - declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

A exigência de qualificação técnico-profissional procura investigar se o licitante tem experiência anterior na execução de parcela relevante do objeto, sendo mais comum em obras e serviços de engenharia.



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

PROCURADORIA GERAL
DO MUNICÍPIO



Já a comprovação da qualificação técnico-operacional costuma ser exigida na generalidade dos casos, e afere a capacidade de gestão do licitante (empresa) de executar o objeto licitatório.

Conforme Marçal Justen Filho¹:

"A qualificação técnica operacional consiste em qualidade pertinente às empresas que participam da licitação. Envolve a comprovação de que a empresa, como unidade jurídica e econômica, participara anteriormente de contrato cujo objeto era similar ao previsto para a contratação almejada pela Administração Pública".

Conclui-se, portanto, que a exigência de apresentação de atestado de capacidade técnica tem por finalidade a comprovação de que a licitante possui experiência anterior no fornecimento/prestação de serviço similar, ou seja, já forneceu bem ou prestou serviço semelhante a outra empresa ou órgão de forma satisfatória, de forma a assegurar à Administração Pública que empresa executará o objeto licitado.

O Tribunal de Contas da União² (TCU) possui jurisprudência consolidada, ressaltando a importância de não confundir a capacidade técnico-operacional, que é inerente à empresa, com a capacidade técnico-profissional, que se refere aos profissionais responsáveis, alertando que a comprovação da qualificação de um profissional não é suficiente para garantir a experiência operacional da empresa à qual esse profissional está vinculado, seja como prestador de serviços ou sócio, podendo comprometer a qualidade da execução contratual, conforme destaca o Acórdão 2208/2016-TCU-Plenário:

23. Enquanto a capacitação técnico-profissional está relacionada à qualificação do corpo técnico, a capacitação técnico-operacional, por sua vez, é bem mais ampla e alcança requisitos empresariais, tais como estrutura administrativa, métodos organizacionais, processos internos de controle de qualidade, etc. Na prática, a qualificação comprovada de um profissional não é suficiente para garantir a experiência operacional da empresa à qual esse profissional esteja vinculado, seja na condição de prestador de serviço ou na condição de sócio, e, conseqüentemente, a qualidade da execução contratual poderá ser comprometida.

¹<https://www.migalhas.com.br/depeso/369406/os-limites-para-a-exigencia-de-capacidade-tecnica-operacional>

² Acórdão 1332/2006-TCU-Plenário



O Edital do Pregão Eletrônico em comento inseriu as exigências relativas à qualificação técnica no item 18, veja-se:

18. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

18.1 - Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

18.2 - Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

18.2.1 – Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.

18.2.2 - Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

18.2.3 - O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

18.2.4 Ser empresa apta a atuar no ramo de Instalação e Manutenção elétrica, comprovado por meio de Cadastro Nacional de Atividades Econômica (CNAE).

18.2.5 Certificado de Registro do profissional do responsável técnico (Engenheiro Civil e Eletricista) junto ao CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia), conforme Art. 6º e Art. 8º, inciso II da Resolução nº 336/1989 do CONFEA, válido;

18.2.6 Comprovação do vínculo do responsável técnico indicado com a empresa licitante;

18.2.7 Apresentar certificado NR 04 – Serviços especializados em Engenharia de Segurança, NR 05 – Comissão Interna de Prevenção de Acidente, NR 06 – Equipamento de proteção individual, NR 10 – Segurança e instalações e serviços em eletricidade, NR 11 – Transporte, movimentação, armazenamento e manuseio de materiais, NR 12 – Segurança no Trabalho em Máquinas e Equipamentos, NR 23 – Proteção contra incêndio, NR 35 – Trabalho em altura.



De início, constata-se que as exigências postas são exatamente as mesmas que foram exigidas no certame anterior (Pregão eletrônico 90.119/2024), **não tendo sido incluídas novas exigências capazes de levantar dúvidas quanto à legalidade.**

Os subitens 18.1 a 18.2.4 dizem respeito à capacidade técnico-operacional.

Já os subitens 18.2.5 e 18.2.6 se referem à capacidade técnico-profissional, tendo sido exigidos tão somente o certificado de registro do profissional do responsável técnico junto ao CREA e a comprovação do seu vínculo com a empresa licitante, ou seja, não foi exigida Certidão de Acervo Técnico, que representa o conjunto das atividades desenvolvidas ao longo da vida profissional compatíveis com suas competências e registradas no Crea por meio de Anotações de Responsabilidade Técnica – ARTs.

A Constituição Federal, ao versar sobre licitações públicas, estabeleceu, em seu art. 37, XXI, que somente poderão ser exigidas qualificações técnica e econômica indispensáveis ao cumprimento das obrigações, devendo ser evitados formalismos e requisitos desnecessários, de modo a não ocasionar uma restrição ainda maior à competitividade, sendo certo que **é de atribuição exclusiva da Secretaria requisitante a definição das exigências técnicas necessárias e indispensáveis ao objeto licitado.**

Neste ponto, conforme já relatado, a Secretaria afirma que todos os profissionais engenheiros necessários para a execução dos serviços de restauração e reforma das peças ornamentais natalinas e itens luminosos, bem como para transporte, instalação, manutenção corretiva e posterior desinstalação ornamentação, já se encontram devidamente previstos no Edital, não se mostrando pertinente a inclusão de qualquer outro profissional de engenharia, ou seja, de especialidade diversa que não guarde relação direta com o objeto contratual, ou de qualquer outra exigência adicional, pois tal inclusão acarretaria a restrição à competitividade do certame (fls. 16/17).

De certo, não cabe a esta Procuradoria se imiscuir no mérito administrativo, haja vista que tão somente a Secretaria requisitante detém a expertise necessária para definir as exigências técnicas que condizem com o objeto licitado.



As exigências de qualificação técnica devem ser aferidas, necessariamente, pelo corpo técnico da pasta licitante, sendo certo que a análise de compatibilidade exige alto grau de conhecimento técnico do objeto licitado.

Portanto, considerando que a impugnação apresentada pela empresa AC Gestão, Planejamento e Servicos Ltda. se limitou às exigências de qualificação técnica e, considerando que a Secretaria rejeitou integralmente a impugnação, mantendo inalterado o Edital, deve prevalecer a sua orientação.

II.2. Impugnação da Imperial Soluções Elétricas Ltda.

A empresa Imperial Soluções Elétricas Ltda. requer o acolhimento da impugnação para que seja suprimida do edital a exigência, na fase de habilitação, de apresentação dos documentos relativos às NR-04, NR-05, NR-06, NR-11, NR-12, NR-23 e NR-35, ou apenas mantida a exigência pontual de NR-10 na habilitação quando o núcleo do objeto envolver serviços elétricos em campo, se tecnicamente justificada e vinculada às parcelas de maior relevância do objeto, bem como que todas as NRs sejam exigidas e fiscalizadas na execução, como condição de mobilização e, por fim, que a autorização da concessionária de energia para atuar próximo à rede e em seus postes seja emitida após a contratação, como condição de mobilização/início dos serviços, antes da Ordem de Serviço, e não na habilitação.

Em pesquisa sobre o tema, verifica-se que as Normas Regulamentadoras (NRs) são orientações trabalhistas sobre procedimentos obrigatórios relacionados à saúde e à segurança do empregado, com o objetivo de prevenir acidentes e doenças provocadas pelo trabalho. Veja-se o disposto na CLT:

Art. 157 – Cabe às empresas:

I – cumprir e fazer cumprir as normas de segurança e medicina do trabalho;

II – instruir os empregados, através de ordens de serviço, quanto às precauções a tomar no sentido de evitar acidentes do trabalho ou doenças ocupacionais;



III – adotar as medidas que lhes sejam determinadas pelo órgão regional competente;

IV – facilitar o exercício da fiscalização pela autoridade competente.

Art. 158 – Cabe aos empregados:

I – observar as normas de segurança e medicina do trabalho, inclusive as instruções de que trata o item II do artigo anterior;

II – colaborar com a empresa na aplicação dos dispositivos deste Capítulo.

Todas as empresas que possuem empregados sob o regime da CLT devem seguir as Normas Regulamentadoras. Isso inclui empresas privadas e públicas, órgãos públicos da administração direta e indireta e também os órgãos dos poderes legislativo e judiciário.

O trabalhador desempenha um papel fundamental na implementação das Normas Regulamentadoras (NRs), uma vez que é o principal beneficiário das medidas de segurança, sendo necessário que o trabalhador esteja ciente das normas de segurança e saiba como aplicá-las em sua rotina de trabalho.

Os “treinamentos normativos” são capacitações obrigatórias previstas pelas Normas Regulamentadoras (NRs) e que todas as empresas devem fornecer aos seus funcionários, a fim de garantir o cumprimento de instruções e procedimentos que asseguram a segurança e saúde ocupacional, dependendo da função exercida ou do segmento de atuação da organização. Há algumas NRs que deixam claro a obrigatoriedade das empresas fornecerem os cursos³.

A fiscalização do cumprimento das Normas Regulamentadoras (NRs) é realizada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, por meio das Delegacias Regionais do Trabalho e Superintendências Regionais, visando verificar se as empresas estão cumprindo as normas de segurança e as condições de trabalho padrão. O descumprimento das Normas Regulamentadoras (NRs) pode gerar diversas consequências para as empresas, desde multas até ações trabalhistas e até mesmo a interdição do local de trabalho.

³ NR-1 – DISPOSIÇÕES GERAIS (subitem 1.7.1), NR 5 – COMISSÃO INTERNA DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES (subitem 5.7.1) e NR 10 – SEGURANÇA EM INSTALAÇÕES E SERVIÇOS EM ELETRICIDADE (subitem 10.8.3.1).



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

PROCURADORIA GERAL
DO MUNICÍPIO



O Edital em questão estabeleceu no subitem 18.2.7 as seguintes exigências:

18.2.7 Apresentar certificado NR 04 – Serviços especializados em Engenharia de Segurança, NR 05 – Comissão Interna de Prevenção de Acidente, NR 06 – Equipamento de proteção individual, NR 10 – Segurança e instalações e serviços em eletricidade, NR 11 – Transporte, movimentação, armazenamento e manuseio de materiais, NR 12 – Segurança no Trabalho em Máquinas e Equipamentos, NR 23 – Proteção contra incêndio, NR 35 – Trabalho em altura.

Segundo as regras da NR 04, as organizações são obrigadas a formar suas equipes de SESMT (Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho) com o objetivo de promover a saúde e proteger a integridade dos funcionários no ambiente de trabalho.

A NR 05 é uma norma que define os requisitos e parâmetros da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA), tendo por objetivo prevenir doenças e acidentes relacionados ao trabalho, promovendo a saúde e a vida dos trabalhadores, sendo obrigatória para a maioria das empresas. A CIPA é um órgão interno das empresas que tem como responsabilidade prevenir acidentes de trabalho e doenças relacionadas, e a sua formação é obrigatória para empresas com mais de 20 funcionários.

A NR 06 estabelece requisitos para aprovação, comercialização, fornecimento e utilização de EPIs. Suas regras se aplicam tanto aos trabalhadores que utilizam os equipamentos, quanto às construtoras e empresas que os adquirem e aos fabricantes e importadores desses produtos.

A NR-10 tem como principal objetivo estabelecer requisitos e condições mínimas de segurança para todas as atividades que expõem o trabalhador ao risco envolvendo energia elétrica, estando as empresas que descumprirem sujeitas a multas e penalizações. Além disso, a NR-10 também prevê que os colaboradores que trabalham nestas condições devem, obrigatoriamente, receber treinamento sobre as disposições de segurança e prevenção, devendo ocorrer uma atualização deste treinamento, no mínimo, a cada 2 anos.



A norma NR 11 reúne uma série de medidas que buscam orientar tanto os empregadores como os empregados sobre sua atuação diante do transporte, movimentação, armazenagem e manuseio de material. Cada item tem normas específicas, sempre focando na preservação da saúde física do colaborador e na criação de um ambiente seguro para evitar acidentes. Todos os trabalhadores envolvidos na movimentação de materiais devem ser devidamente treinados e capacitados para operar os equipamentos de forma segura. Assim, a norma regulamentadora exige que os operadores sejam habilitados e periodicamente reavaliados.

A NR 12 é uma norma regulamentadora que define parâmetros técnicos e normas a serem seguidas para a proteção no uso de máquinas e equipamentos a fim de prevenir acidentes e doenças no uso de máquinas. As primeiras medidas exigidas pela NR 12 dizem respeito à proteção coletiva, ou seja, aquelas que consistem na implantação de salvaguardas físicas permanentes em áreas de risco, como o fechamento do sistema de acionamento com correias e polias e a verificação do circuito de parada de emergência. Já as medidas administrativas são tomadas para manter o sistema de segurança e as medidas de segurança funcionando. Portanto, é necessário treinar os funcionários, cujo treinamento deve ser realizado de forma regular e devidamente registrada, levando em consideração os procedimentos internos e os riscos operacionais.

A NR 23 traz orientações específicas de proteção contra incêndios. Ela tem por objetivo guiar as empresas sobre o que elas precisam fazer, quais tipos de instalações realizar e melhores práticas de trabalho para prevenir ou conter situações de fogo. Estabelece que é obrigação de toda empresa dispor de mecanismos de proteção contra incêndio; dispor de saídas suficientes para a rápida retirada do pessoal em serviço, em caso de incêndio; equipamento suficiente para combater o fogo em seu início; e pessoas treinadas para usar bem os equipamentos de prevenção e contenção de incêndios.



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

PROCURADORIA GERAL
DO MUNICÍPIO



Por fim, a NR 35 estabelece os requisitos e as medidas de prevenção para o trabalho em altura, envolvendo o planejamento, a organização e a execução, de forma a garantir a segurança e a saúde dos trabalhadores envolvidos direta ou indiretamente com esta atividade, cabendo à empresa, dentre outras responsabilidades, garantir a implementação das medidas de prevenção estabelecidas na NR, e ao trabalhador cumprir as disposições previstas. O cumprimento da NR 35, portanto, deve partir tanto de empregadores, como empregados. A própria NR 35 estipula quais são as obrigações de ambos os lados, para garantir que todos os requisitos estão sendo cumpridos da maneira correta. Além disso, a NR 35 exige que o trabalho em altura só seja realizado por profissionais capacitados. Logo, o treinamento passa a ser uma obrigação a todos os profissionais da área.

Conforme se verifica, as normas regulamentadoras são de observação obrigatória pelas empresas, que são fiscalizadas pelo MTE, podendo, em caso de irregularidades, sofrer autuações, multas, paralisação das atividades e interdição do estabelecimento, dentre outras medidas sancionatórias pelo descumprimento das normas.

Considerando, no entanto, a ausência de expertise desta especializada jurídica acerca da definição do objeto e exigências técnicas necessárias, cabe à Secretaria requisitante se manifestar sobre tais exigências.

Neste cenário, conforme já relatado, a Secretaria de Turismo, em resposta à impugnação da empresa Imperial Soluções Elétricas Ltda., afirmou que a exigência de apresentação dos certificados relativos às NRs 04, 05, 06, 10, 11, 12, 23 e 35 como requisito de habilitação está justificada pela natureza do objeto, que envolve atividades de risco acentuado, não se tratando de antecipação indevida de obrigações de execução, mas sim de comprovação prévia da aptidão técnica e da estrutura de segurança mínima exigida, sendo tal exigência proporcional e compatível com o objeto da licitação (fls. 18/19).

Repise-se que não cabe a esta Procuradoria se imiscuir no mérito administrativo, haja vista que tão somente a Secretaria requisitante detém a expertise necessária para definir as exigências técnicas que condizem com o objeto licitado.



S.m.j., tais exigências encontram amparo no art. 67, inciso IV, da Lei 14.133/2021, que prevê a “*prova do atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso*” como documentação relativa à qualificação técnica.

Assim, se a Secretaria ratifica a necessidade de apresentação dos certificados relativos às NRs listadas no subitem 18.2.7, tratando-se de matéria estritamente técnica, deve prevalecer a sua orientação.

Ademais, a alegação da impugnante de que as exigências devem ser vinculadas às parcelas de maior relevância do objeto não possui fundamento, eis que não se trata de exigência de apresentação de certidão/atestado de capacidade operacional (inciso II do art. 67), a qual atrai a restrição da exigência às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação prevista no § 1º do mesmo artigo, mas sim de requisitos previstos em lei especial, conforme permissivo legal do inciso IV do art. 67 da Lei 14.133/2021.

No que tange à autorização prévia da Energisa, a Secretaria justifica que o Edital não a exige na fase de habilitação, eis que o Termo de Referência (Anexo I) dispõe que a empresa contratada deverá apresentar a autorização da concessionária como condição para a execução dos serviços.

Compulsando os autos do processo licitatório (PA 21.009/2025), verifica-se que a exigência de que “*A contratada deverá apresentar documento de autorização da companhia de energia (Energisa) para atuar próximo a sua rede e em seus postes*” foi inserida no item 4 do Termo de Referência, que versa sobre os requisitos da contratação.

Ao que parece, tal exigência foi listada dentro do rol de qualificação técnica. Não obstante, não foi reproduzida no item 18 do Edital.



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

PROCURADORIA GERAL
DO MUNICÍPIO



Dessarte, considerando que a Secretaria ratificou que “a *autorização da concessionária de energia (Energisa) é exigida apenas na fase de execução contratual, não sendo requisito de habilitação*”, considerando que não foi inserida no rol de qualificação técnica do item 18 do Edital e, por fim, considerando que a empresa solicita apenas a confirmação de que a apresentação dessa autorização será exigida como condição de mobilização/início dos serviços, antes da Ordem de Serviço, e não na habilitação, s.m.j., restou elucidada a questão.

III - CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto, **opina-se pela remessa dos autos à Secretaria Municipal de Turismo** para ciência e adoção das providências de sua alçada, **devendo observar, no entanto, as ponderações feitas pelo Pregoeiro quanto à necessidade técnica das exigências impugnadas, considerando a proporcionalidade e adequação ao objeto da licitação, aos eventuais ajustes no Edital para assegurar a competitividade e a isonomia, sem prejuízo à qualidade técnica e eficiência e, ainda, aos impactos sobre o interesse público no prosseguimento do certame com as condições atuais.**

Por derradeiro, importante destacar que o opinamento desta Procuradoria-Geral, órgão com atribuição de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo Municipal, na forma do art. 206, da Lei Orgânica do Município de Nova Friburgo (Lei Municipal n. 4.637/18), restringe-se apenas à análise das questões jurídicas relacionadas ao tema sob consulta, à medida em que a análise de questões de ordem técnica ou decisões inerentes à discricionariedade do administrador público, incumbe, exclusivamente, à área técnica e à secretaria requisitante, que poderá decidir de forma diversa, desde que devidamente justificada, com fiscalização pelo órgão de controle interno.

Nova Friburgo, 23 de setembro 2025.

Layne de Andrade Alves
Subprocuradora de Licitações e Contratos
Matrícula: 63.736



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

S E C R E T A R I A D E
L I C I T A Ç Õ E S E
P L A N E J A M E N T O

Comissão Permanente de Pregão I

**DECISÃO DE IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.118/2025**

Processo Licitatório nº 21.009/2025, referente ao Edital do Pregão Eletrônico nº 90.118/2025, que tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA para o serviço de ornamentação do evento Um Encanto de Natal: O Espetáculo do Noel compreendendo os serviços de restauração/reforma de peças ornamentais e itens luminosos, transporte, instalação, manutenção corretiva e desinstalação/desmontagem da ornamentação, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Turismo.**

Trata-se o presente processo de **IMPUGNAÇÕES** interpostas pelas empresas **AC GESTAO, PLANEJAMENTO E SERVICOS LTDA.**, inscrita no CNPJ sob o nº 17.616.636/0001 - 97, e **IMPERIAL SOLUÇÕES ELÊTRICAS LTDA.**, inscrita no CNPJ sob o nº 21.143.874/0001-78, com fulcro no artigo 164 da Lei n.º 14.133/2021 e artigo 16 da IN SEGES/ME nº 73/2022, por intermédio de seus respectivos representantes legais, **TEMPESTIVAMENTE**, contra os termos do Edital do **Pregão Eletrônico nº 90.118/2025**.

Cumpridas as formalidades legais, registra-se a interposição de Impugnação Administrativa, conforme comprovam os documentos acostados ao Processo de Impugnação.

I. DO RELATÓRIO

Em breve síntese, insurgem-se as Impugnantes contra as especificações presentes no Termo de Referência.

Requerem, ao final, o recebimento e a procedência das Impugnações para republicação do Edital devidamente retificado.



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

S E C R E T A R I A D E
L I C I T A Ç Õ E S E
P L A N E J A M E N T O

Comissão Permanente de Pregão I

II. DOS PEDIDOS

A empresa AC GESTAO, PLANEJAMENTO E SERVICOS LTDA, CNPJ n. 17.616.636/0001-97, requer:

- a) O acolhimento da impugnação para determinar que no item 18.2.5 a administração inclua a exigência de engenheiro de segurança do trabalho devidamente registrado no CREA e que componha o quadro técnico da empresa, com a comprovação a ser apresentada no momento da habilitação, tendo em vista a segurança da equipe, a fim de evitar possíveis acidentes;
- b) A exigência de engenheiro mecânico, devidamente registrado no CREA e que componha o quadro técnico da empresa, com a comprovação a ser apresentada no momento da habilitação, por motivos de segurança, tendo em vista a natureza do objeto da licitação;
- c) O acolhimento da impugnação para determinar a exigência arquiteto, bem como o registro da empresa no Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo (CAU) e que componha o quadro técnico da empresa, com a comprovação a ser apresentada no momento da habilitação, em caráter substitutivo ao engenheiro civil, tendo em vista suas atribuições pertinentes;
- d) Determinar a inclusão de apresentação de Certidão de Acervo Técnico (CAT) do engenheiro civil ou do arquiteto, com objeto compatível com a licitação, a fim de comprovar a capacidade técnica da empresa com maior robustez; e) Incluir a exigência de registro dos profissionais responsáveis técnicos no quadro técnico da empresa licitante, a ser comprovado na fase de habilitação; f) Incluir a exigência de Certidão de Acervo Operacional (CAO), com base no artigo 67, inciso II da lei 14.133/2021.



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

S E C R E T A R I A D E
L I C I T A Ç Õ E S E
P L A N E J A M E N T O

Comissão Permanente de Pregão I

A empresa IMPERIAL SOLUÇÕES ELÉTRICAS LTDA, CNPJ 21.143.874/0001-78, requer:

- a) Acolher a impugnação, suprimindo do edital a exigência, na fase de habilitação, de apresentação dos documentos relativos às NR-04, NR-05, NR-06, NR-11, NR-12, NR-23 e NR-35;
- b) Manter, se tecnicamente justificada e vinculada às parcelas de maior relevância do objeto, apenas a exigência pontual de NR-10 na habilitação quando o núcleo do objeto envolver serviços elétricos em campo e a Administração demonstrar a necessidade;
- c) Prever que todas as NRs (incluída a NR-10, quando não essencial à prova de aptidão) sejam exigidas e fiscalizadas na execução, antes da Ordem de Início, como condição de mobilização;
- d) usualmente a autorização seja emitida após a contratação, pedimos confirmar que a apresentação dessa autorização será exigida como condição de mobilização/início dos serviços, antes da Ordem de Serviço, e não na habilitação.
- e) Retificar o edital e prorrogar os prazos, se necessário, preservando os princípios do art. 5º da Lei 14.133/2021 (isonomia, competitividade, proporcionalidade, economicidade e julgamento objetivo).

III. DA ANÁLISE DA SECRETARIA REQUISITANTE E PROCURADORIA

As análises técnicas estão presentes no processo administrativo nº 35.329/2025, com manifestação da Secretaria Municipal de Turismo às fls. 16 a 19 e da Procuradoria Geral do Município às fls. 21 a 38.

Em síntese, a Secretaria de Turismo rejeita as impugnações apresentadas pelas empresas, mantendo as exigências do Edital por estarem devidamente fundamentadas na legislação vigente e diretamente vinculadas à natureza do objeto, sendo necessárias



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

S E C R E T A R I A D E
L I C I T A Ç Õ E S E
P L A N E J A M E N T O

Comissão Permanente de Pregão I

à execução do contrato. Por sua vez, a Procuradoria Geral se manifesta de forma a acompanhar o entendimento da secretaria municipal requisitante do certame.

IV. DA DECISÃO

Isto posto, com fulcro na Lei nº 14.133 de 2021, subsidiada pelo parecer do setor técnico da Secretaria Requisitante às fls. 16 e 19 e Procuradoria Geral às fls. 21 a 38 do processo administrativo nº 35.329/2025, sem nada mais a evocar, **CONHEÇO** das Impugnações interpostas pelas empresas **AC GESTAO, PLANEJAMENTO E SERVICOS LTDA** e **IMPERIAL SOLUÇÕES ELÉTRICAS LTDA** no que tange ao Edital do Pregão Eletrônico nº **90.118/2025**, e no mérito, **NEGO PROVIMENTO**.

Esta decisão será publicada na íntegra em
<https://www.novafriburgo.rj.gov.br/licitacao/> e <https://www.gov.br/compras>.

Nova Friburgo, 23 de setembro de 2025.

Leonardo Gabrig Peixoto

Pregoeiro - Comissão Permanente de Pregão I

Matrícula nº 206.934